

Empresário diz que não cinde a classe e fala sobre sucessão no DF

28 AGO 1977

O Sr. Rivadávia Alves de Macedo, líder empresarial que concorreu às eleições da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), refutou terminantemente que seja o inspirador de um movimento que visa a cisão do empresariado local.

Nas declarações que se seguem, Rivadávia relembra fatos ocorridos nos bastidores do último pleito da ACDF e aborda aspectos que considera positivos para a sucessão do atual governador de Brasília, Elmo Serejo.

AS DECLARAÇÕES

P — Alguns setores do empresariado o apontam como o líder de uma corrente de empresários dissidentes, tendo em vista a derrota sofrida no último pleito para a presidência da ACDF. O senhor confirma ou desmente tal afirmativa?

R — Como todos sabem fomos candidatos à presidência da Associação Comercial do Distrito Federal, candidatura imposta em termos irreconciliáveis por um numeroso grupo de amigos que estavam visando a pacificação com um nome equidistante das correntes em choque. A eleição foi em fevereiro deste ano, como se recorda, e, afinal, para surpresa de muitos, consumou-se uma derrota inesperada. Daí para cá guardamos rigoroso silêncio sobre aquele tumultuado pleito para cujo resultado influíram os mais estranhos e surpreendentes fatores. Entretanto, os comentários que se fizeram pela imprensa nem sempre refletiram a verdade dos fatos, deixando-nos pessoalmente, algumas vezes, em posição incômoda.

A imprensa de Brasília no dia 26 de julho do corrente ano, em matéria ilustrada com fotos, inclusive uma nossa, sobre sucessão e representação política de Brasília, voltou ao assunto, apontando-nos como líder de uma corrente de empresários dissidentes, grupo esse que poderia enfraquecer a referida campanha em prol da escolha de um homem de Brasília para governá-la.

Achamos que chegou a hora de retificar esses comentários e esclarecer nossa verdadeira posição em toda essa estória.

Como afirmamos antes, nunca pensamos em disputar a presidência da ACDF. Vivíamos meio desencantado e pretendíamos comparecer ao pleito como simples eleitor, como sempre o fizemos. Todavia, os amigos impuseram-nos o nome e as adesões espontâneas de respeitáveis setores do empresariado quebraram nossa resistência inicial. Decidimos enfrentar o dito pleito, em termos elevados, de oposição, mas com lealdade e respeito aos adversários.

Podemos afirmar com tranquilidade que não tivemos reciprocidade de tratamento. Fomos atacados pelo apoio que recebemos de áreas governamentais (o que era aparente vantagem) apoio cavado também pelos adversários, nos bastidores. Ao final da campanha já não éramos mais tratados como adversários, mas como inimigos indignos de aspirar dirigir a ACDF. Trancaram-nos as portas. Não tínhamos acesso à secretaria, nem a tesouraria, nem a qualquer serviço da ACDF. Negaram-nos informações, dados e serviços que estavam abrigados, ética e estatutariamente, a nos fornecer. O pleito foi conduzido de modo faccioso pela diretoria vigente, que apoiava e lutava abertamente pela vitória da chapa contrária, desrespeitando as normas eleitorais e estatutárias, sobretudo as referentes aos prazos, já que fizeram eleitores novos até mesmo na hora da eleição. Nossa campanha eleitoral foi prejudicada em redutos considerados deles, como CNB. Afinal o dia 17 de fevereiro, da eleição, foi o coroamento de todas irregularidades. Na urna de Taguatinga onde nossa vitória era esperada e foi confirmada, apareceram mais de dez sobrecartas contendo votos de pessoas que não eram associadas nem eleitores da ACDF, ali colocadas para provocar a anulação da referida urna. No CNB aconteceram coisas incríveis. Ali votaram pessoas estranhas à Associação.

DENÚNCIAS

Fique claro que os fatos que antecederam ao dia do pleito foram denunciados ao Conselho Superior da Entidade, denúncia lastreada em farta documentação. Quanto às irregularidades do pleito

propriamente dito foram de tal monta que o excelentíssimo senhor desembargador Waldir Meuren, que lhe presidiu a apuração, achou prudente a remessa das urnas irregulares à decisão do Conselho Superior. Não o fez porque obteve a concordância de todos os membros da comissão apuradora no sentido de apurá-las.

Os companheiros não aceitaram o resultado e estavam com recursos prontos para impugnar o pleito. Mas a decisão era nossa, pessoal. E decidimos aceitar o resultado. Entretanto, confessamos que jamais conseguimos vencer os companheiros de luta, indignados com esses fatos, até então nunca vistos na ACDF. Por isso reativaram com nosso apoio a Associação Comercial de Brasília que está aí novamente funcionando prestigiada por grande número de empresários, e fez no dia 28 de julho dezoito anos de fundação.

Pessoalmente não guardamos mágoa ou ressentimento de ninguém. Nosso temperamento conciliador impele-nos a apertar as mãos de todos ex-adversários. Vimos e estamos aqui para somar. Não nos agrada dividir. Em relação aos problemas da classe, às aspirações de Brasília, ao interesse público, não deve nem pode haver cisões entre os empresários.

P — Como o senhor vê o problema da sucessão do governador de Brasília? Concorda com a tese de que deve recair a escolha em um nome de Brasília?

R — Há cerca de dois lustros começamos a nos instalar em Brasília. Desde então, vimos acompanhando, com crescente ânimo de participação, o dia-a-dia desta terra, sobretudo seus problemas desafiadores da capacidade dos dirigentes.

Cidade nova e moderna, construída para um fim grandioso, carrega a múltipla responsabilidade de não dever apresentar os crônicos problemas das velhas metrópoles convencionais, como abastecimento, transportes, educação, saúde, água, energia e esgotos, mas, ao contrário, tê-los solucionados em termos de administração moderna, tridimensionada, altamente técnica, isto para não falarmos em preocupações de meio ambiente e lazer os quais não se podem relegar porque são prioritários. Daí poucos governantes desta cidade terem se mostrado à altura desses desafios. Se é verdade que o nosso atual governador Elmo Serejo constitui-se grata exceção revelando-se ao consenso geral, administrador dinâmico e de visão, por isso mesmo é que justificamos uma reformulação no processo de escolha de seus sucessores sob o critério da preferência aos homens que aqui já vivem atuando, contribuindo nos mais variados setores de atividade.

Lebret, agudo e sociólogo francês que conheceu esta cidade, ensina "que o primeiro passo em busca da solução é antes, conhecer o problema".

Obviamente, os homens que aqui já vivem conhecem de mais perto os problemas desta comunidade, que os que chegam de repente para governá-la. Não só os que atuam nas áreas administrativas públicas, mas também os que na atividade privada, com elas colaboram indiretamente. Sobre tudo na área do empresariado, há homens que reúnem as qualidades indispensáveis a bem governarem Brasília.

Ao levantarmos este estandarte estamos certos que não se trata de jacobinismo estéril ou que nome tenha, mas de uma reivindicação tão justa que, por certo, atingirá a sensibilidade de quem tiver que apreciá-la.

REPRESENTAÇÃO

P — O senhor concorda com a necessidade de uma representação política para Brasília?

R — Eis aí outro tema palpitante. Todavia, temos que admitir certas implicações que o tornam mais complexo. Esse jornal tem abordado a matéria com muita propriedade. Entretanto, parece que ainda não há, entre os defensores da tese, a necessária identidade de ponto de vista. Em que termos, e até aonde se concretizaria a chamada representação política para Brasília, simples eleição de representantes seus para o Senado e para a



Rivadavia Alves de Macedo

Câmara como ocorria no antigo Distrito Federal? Eleição de representantes somente para a Câmara, como ocorre hoje em relação aos territórios à exceção de Fernando de Noronha? Ou a desejada representação política incluiria a criação de uma Câmara de Vereadores como era no antigo Distrito Federal?

Pergunto: Constitucionalmente Brasília configura a estrutura de um município ou mais se aproxima de um Estado federado? Não se compõe o Distrito Federal também de cidades-satélites? Que tipo de unidade político-administrativa seriam elas? Municípios diferentes integrantes do Distrito Federal ou distritos do Distrito?

Complica o fato o art. 2º da Constituição que diz que o Distrito Federal é a capital da união. Planaltina, Brazlândia, Gama, são também capital da união? O certo não seria esclarecer que Brasília é que é a capital da união e não o Distrito Federal? O preceito constitucional estava certo em relação ao antigo Distrito Federal já que o Rio de Janeiro era cidade-município.

Mas o atual não, pois é integrado de Brasília e cidades-satélites. Mas por causa desta disposição constitucional há quem diga que não teria sentido uma Câmara de Vereadores em Brasília, sede que é do Congresso Nacional. Isso seria repetição de erro do passado. Por igual, esses que assim pensam, justificam a competência do Senado para discutir e votar os projetos de leis referentes à administração de Brasília.

Outros, invocando a História, dizem que desde o Império o Distrito Federal era chamado de "município neutro", assim a organização estrutural que a República deu ao Rio de Janeiro, no entender deles, teria desviado-se do modelo norteamericano.

No nosso ver, tudo isso é teorização que não ajuda a resolver o impasse... A realidade hoje é outra. Temos aqui uma organização política moderna *sui generis*. As cidades-satélites são o fato novo que não podemos ignorar. Não são meros subúrbios-dormitórios. Taguatinga tem uma grande população, indústrias, comércio de volumosas transações, problemas de cidade grande. E o Núcleo Bandeirante? Poucas cidades do interior brasileiro se lhe comparam até na complexidade dos problemas urbanos. O que vemos hoje é um só homem com a responsabilidade de governar toda essa imensa comunidade que vive numa área territorial que ultrapassa as fronteiras do clássico município e mais se aproxima de um Estado. Tanto que seu dirigente passou a ter o título de governador. Assim, penso que o Distrito Federal, e não somente Brasília, precisa ter representantes nas Casas do Congresso e, por que não, ter seu Legislativo?

Tudo indica que a melhor solução é essa. Sem o freio do Legislativo local poderá surgir amanhã a figura do autocrata municipal. Quem exerce o poder deve ser responsável perante os outros poderes. Nossa unidade federativa tem, por certo, um status especial, uma organização *sui generis*. Mas, não temos o nosso Tribunal de Contas? Não, temos nosso Poder Judiciário? Nossa polícia? Por que não ter nossa representação política?